


**O DISCURSO DE INNOCÊNCIO SERZEDELLO CORRÊA, UM DOS HERÓIS DA  
REPÚBLICA DO BRASIL**

**THE SPEECH OF INNOCÊNCIO SERZEDELLO CORRÊA, ONE OF THE HEROES OF  
THE REPUBLIC OF BRAZIL**

**EL DISCURSO DE INNOCÊNCIO SERZEDELLO CORRÊA, UNO DE LOS HÉROES DE  
LA REPÚBLICA DEL BRASIL**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-326>

**Data de submissão:** 27/05/2025

**Data de publicação:** 27/06/2025

**Josiele Sousa da Silva**

Auditora de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) e mestre em Ciências da Comunicação pela UFPA  
E-mail: josielesousa@gmail.com

---

**RESUMO**

Para compreender os processos comunicacionais/discursivos, faz necessário o conhecimento de diversas áreas do saber, desde História à Psicologia, incluindo a Linguística e a Hermenêutica. Este artigo se debruça frente ao discurso de uma das personalidades mais importantes da Primeira República do Brasil (1889-1930), Innocêncio Serzedello Corrêa, a partir da análise de três pronunciamentos feitos pelo político paraense. Na análise textual, foi possível observar a presença de formações discursivas/ideológicas pertencentes aos discursos nacionalista e positivista, com forte valorização da República como sistema de governo que fizeram do herói brasileiro uma das figuras mais emblemáticas de uma época.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Serzedello Corrêa. Nacionalismo. Positivismo. República.

**ABSTRACT**

In order to understand communicational/discursive processes, it is necessary to have knowledge of several areas of knowledge, from History to Psychology, including Linguistics and Hermeneutics. This article focuses on the discourse of one of the most important figures of the First Republic of Brazil (1889-1930), Innocêncio Serzedello Corrêa, based on the analysis of three speeches made by the politician from Pará. In the textual analysis, it was possible to observe the presence of discursive/ideological formations belonging to nationalist and positivist discourses, with a strong valorization of the Republic as a system of government that made the Brazilian hero one of the most emblematic figures of an era.

**Keywords:** Discourse Analysis. Serzedello Corrêa. Nationalism. Positivism. Republic.

**RESUMEN**

Para comprender los procesos comunicacionales/discursivos, es necesario conocer diversas áreas del conocimiento, desde la Historia hasta la Psicología, incluyendo la Lingüística y la Hermenéutica. Este artículo se centra en el discurso de una de las figuras más importantes de la Primera República de Brasil (1889-1930), Innocêncio Serzedello Corrêa, a partir del análisis de tres discursos del político paraense. En el análisis textual, se observó la presencia de formaciones discursivas/ideológicas pertenecientes a discursos nacionalistas y positivistas, con una fuerte valoración de la República como

sistema de gobierno que convirtió al héroe brasileño en una de las figuras más emblemáticas de una época.

**Palabras clave:** Análisis del Discurso. Serzedello Corrêa. Nacionalismo. Positivismo. República.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte dos primeiros passos dados à realização do projeto de pesquisa a ser submetido ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFGPA) que tem como objeto o discurso do notório paraense Innocência Serzedello Corrêa (1858-1932), responsável pela instalação do Tribunal de Contas da União no Brasil em 1892.

Serzedello foi uma das personalidades históricas brasileiras mais importantes do início do período republicano do país. Seu discurso influenciou as principais lideranças políticas no final do século XIX, proporcionando a ele prestígio, confiança e honra que permitiram com que ocupasse cargos de destaque e com relevantes realizações no cenário político nacional.

Desvelar seu discurso é conhecer parte da trajetória do Brasil que ainda se encontra em desenvolvimento, bem como atentar para os fatores que levaram à criação de uma de suas mais consideráveis instituições do Estado.

Este trabalho inicial tem como objetivo promover os primeiros esforços na caracterização do discurso deste homem amazônida que conquistou o país em uma época marcada por disputas, desvendar os contextos fundamentais para a sua constituição, identificar que ideologias estão presentes em suas declarações em pronunciamentos publicados na imprensa e que ainda influenciam dizeres da atualidade, principalmente os órgãos de controle, que têm sua origem na atuação incisiva de Serzedello Corrêa.

Para compreender o processo de formação do referido discurso, que se trata de um processo de comunicação, este artigo vem analisar inicialmente três textos jornalísticos do catálogo “Serzedello Corrêa e o Registro de uma época - Notícias e pronunciamentos publicados na imprensa, volume 1”, lançado pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) em outubro de 2024. O catálogo comporta momentos da carreira pública do patrono da instituição de controle paraense. A obra traz discursos publicados de autoria de Serzedello e sobre as suas atividades enquanto político atuante na República Velha (1889-1930).

Serão observados trechos de “Congresso Nacional -59ª Sessão Ordinária em 24 de fevereiro de 1891”, “Orçamento municipal” e “A Minha Prisão”, tendo como metodologia a análise do discurso de vertente francesa.

A análise de discurso, por conseguinte, pode ser vista como uma reflexão sobre o discurso e a linguagem. Nesse sentido, a AD busca encontrar no discurso os sentidos que ele manifesta tendo em conta o sujeito e seu entorno: sua história, ideologia e o contexto social ao qual pertence (Santos, Oliveira & Saad, 2021, p.88).

Para tal análise e contextualização da formação do discurso de Serzedello Corrêa, fez-se a pesquisa bibliográfica de títulos, um “conjunto de procedimentos previamente planejados que buscam soluções para determinado objeto e problema de pesquisa” (Silva, Oliveira & Silva, 2021, p.3), capazes de oferecer o arcabouço teórico para esta investigação qualitativa, conceituada como “aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise” (Martins, 2004).

A hipótese inaugural que se apresenta neste artigo é de que o discurso de Serzedello Corrêa evidencia aspectos de um tempo marcado pelo idealismo republicano e liberal pós-monárquico, com a defesa da austeridade das organizações públicas e do próprio povo brasileiro.

## 2 ANÁLISE DO DISCURSO E COMUNICAÇÃO

A Análise do Discurso é uma disciplina de grande relevo nos estudos sobre os processos de comunicação, inclusive na interpretação de conteúdos discursivos presentes nos produtos midiáticos, com destaque para os jornalísticos, que são objeto de análise no presente artigo.

A estrutura da comunicação é regida por um grande número de variáveis. As possibilidades de cruzamentos e ações práticas dentro dessas linhas são impossíveis de serem compreendidas com um único olhar. A complexidade social, fruto sobretudo do desenvolvimento das comunicações torna-se mais e mais difícil de entender e de classificar, exigindo de todo pesquisador um esforço dobrado para não cair no pecado capital mais comum - distorcer a realidade para torná-la aplicável *pari passu* com determinada teoria (Martino, 2005, p-14-15).

É por meio desta metodologia que se pode capturar as diversas linhas que compõem a comunicação e a produção de sentidos constantes nos discursos, que são resultado do ato de se comunicar.

O ato comunicativo resulta na produção discursiva, assim como todo discurso, seja midiático ou não, pode ser compreendido como produto da comunicação. Desta maneira, conclui-se que comunicar é discursar, bem como discursar é também se comunicar” (Silva, 2012, p.92).

A Análise do Discurso é amplamente empregada na compreensão da dinâmica formativa dos textos jornalísticos, “entendidos como discursos e ideologias materializadas, resultantes de um processo comunicativo de ressignificação simbólica e produtor permanente de sentidos” (Silva, 2012, p.93).

Em seus primórdios na década de 60 do século XX, esse método compõe-se pela conjugação da História, da Psicanálise e da Linguística para o entendimento do discurso, a produção discursiva e a ideologia. Benetti (2008) diz que a AD se compromete com a estrutura do texto e suas vinculações

exteriores, sendo o discurso produto de uma interação social e cultural, marcado por ideologias e pelo imaginário social.

Para Silva (2012), o método busca encontrar as relações históricas dos discursos que os integram e como elas ocorrem por meio da análise dos atos discursivos. Orlandi (2010) destaca que é a Linguística que permite analisar os possíveis sentidos presentes nos textos, com atenção ao objetivo e ao subjetivo. Para a autora, o materialismo histórico destaca a importância dos fatos históricos na linha do tempo na constituição de sentidos que formam o mosaico do imaginário coletivo e que influenciam na (re)criação de discurso permanentemente.

A Psicanálise define o sujeito no discurso comunicacional, conforme defende Orlandi (2010), intervindo na construção de sentido e sendo ao mesmo tempo influenciado pela ideologia. A fala do sujeito é “um recorte das representações de um tempo histórico, de um espaço social” (Brandão, 2004, p.59).

Um importante conceito para se analisar discursos é o de enunciado, de modo que, em pluralidade, consiste em “unidades elementares que formam um único conjunto (discursivo) quando se referem a um único e mesmo objeto” (Foucault, 2008, p.36). O canadense ensina que “o termo discurso poderá ser fixado como um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (Foucault, 2008, p.122). Tal sistema de formação pode ser descrito quando

entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 2008, p.43).

Nada do que se diz é novo, mas sim possui raízes no passado ao se considerar o homem como ser histórico e concebido por suas relações sociais. Essa característica do processo comunicacional/discursivo é compreendida como interdiscursividade, segundo Foucault (2008), que alega ser todo discurso/comunicação fundamentado em um já-dito.

Maingueneau (2008) também identificou o fenômeno da interdiscursividade em seus estudos iniciais, sendo esta uma atribuição primária dos processos discursivos/comunicativos. “Os discursos trazem consigo conceitos, valores sociais, estereótipos já propagados em circunstâncias distintas, mas que assumem nova aparência, conforme o contexto em que se apresentam” (Silva, 2012, p.106).

Foucault (2008) declara que discursar, e consequentemente se comunicar, é “agir, é fazer e obedecer a um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e definem em sua especificidade” (Foucault, 2008, p.52). Desta forma, os discursos militar, socialista ou democrático possuem normas

que os delimitam no espaço, palavras que os marcam e os refletem como são, com as suas expressões comuns, ideais defendidos e traços singulares.

Não se deve esquecer na análise discursiva o conceito de ideologia, que se faz presente a cada enunciação como um real conjunto de crenças, padrões de conduta e de pensamento capaz de oferecer aos indivíduos modelos, conteúdos sobre o que se pensar e o que se dizer. Deve ser vista como um reflexo das relações interpessoais estabelecidas nas sociedades. Pêcheux (2009) defende o pensamento de que a ideologia leva os sujeitos sociais a adotá-la como bússola diária, adeptos que assumam como guia de conduta pessoal e na coletividade, estando presente em toda a prática comunicacional.

O estudioso francês argumenta ser o sujeito social interpelado e que ideologicamente se identifica com a formação discursiva da qual seu discurso faz parte. Formações discursivas são “palavras, modos de dizer, expressões, regras de constituição e de apresentação que aludem a formações ideológicas específicas, estabelecidas historicamente” (Silva, 2012, p.105).

### **3 UM IDEALISTA REPUBLICANO**

De acordo com Machado (1971), Serzedello Corrêa nasceu no dia 16 de junho de 1858, filho de Ambrósio Pinheiro Corrêa e Carolina Serzedello Corrêa, ambos com origens em Viana do Castelo, região de Portugal. Conforme o mesmo autor, a partir da morte de seu pai ainda na infância, passou a enfrentar uma série de dificuldades no ambiente familiar. Em terna idade, para dar continuidade aos estudos, ingressou no Seminário Menor de Santo Antônio. Já aos 18 anos, Machado (1971) conta que o futuro ilustre seguiu para a então capital brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, ingressando na Escola Militar em 1876.

“A Escola Militar representava naqueles saudosos idos, a exata fusão da terra com o céu. Era o que havia de melhor, neste nosso deserto, a ponto de surgir como uma doutrina, tão pura e tão indescritível, que chegava a ser tomada como o berço da nacionalidade” (Machado, 1971, p.15).

Serzedello e seus companheiros de farda sentiam “um amor fanático pelo Brasil” (Machado, 1971, p.15), além de serem abolicionistas, com forte envolvimento no movimento republicano do final do século XIX.

O primeiro relato sobre Serzedello Corrêa interveniente no debate e na ação abolicionista data do ano de 1887. O Clube Militar se tornara o palco onde freiam as discussões e as medidas a favor da República e do abolicionismo, duas questões fundamentais à época. O Partido Republicano não tinha poder de barganha ou de troca. Implicitamente, membros graduados do Exército comandavam a virada republicana. Do mesmo modo, chamavam a si a campanha abolicionista (Tupiassú, 2017, p.133).

A autora afirma que o então jovem militar exerceu o abolicionismo e lutou a favor da igualdade social de forma real. O bom desempenho nos estudos garantiu ao paraense que ascendesse a vários postos na Escola Militar. Completou o curso de Ciências Físicas e Matemáticas, sendo classificado no Estado-Maior de 1ª classe do Exército Brasileiro. “Suas aulas correspondiam aos anseios das próprias preocupações patrióticas” (Machado, 1971, 33).

O paraense teve papel importante no estabelecimento da República, sendo encarregado de conquistar a adesão da Marinha à tomada do poder no dia 15 de novembro de 1889. Na época da proclamação, já era tenente-coronel do Exército. Foi governador do estado do Paraná, comandante das Armas, fez parte da Constituinte de 1890, deputado federal pelo Pará e ministro de pelo menos quatro pastas diferentes durante a Primeira República (1889-1930): assumiu os Ministérios das Relações Exteriores, da Viação, da Agricultura e o da Fazenda.

O político desfrutava de grande prestígio com o então presidente Floriano Peixoto. O referido autor afirma que “Serzedello pagou por seu talento e por sua imensa aptidão pública. Foi uma vontade avassaladora, embora muitas vezes sozinha em sua luta pela pátria” (Machado, 1971, 33).

Enquanto ministro da Fazenda, tornou-se o responsável pela instalação do Tribunal de Contas da União (TCU), ocorrida no dia 17 de janeiro de 1893, e considerada uma de suas maiores iniciativas como homem público.

Felicitó o país e a República pelo estabelecimento de uma instituição que será a garantia de boa administração e o maior embaraço que poderão encontrar os governos para a prática de abusos no que diz respeito a dinheiros-públicos.

Sinto-me feliz por ser o ministro que teve a honra de fazer a reforma e de fazer as nomeações, pois foi buscar os diretores desse Tribunal entre os altos funcionários públicos que, por sua integralidade moral, por seu zelo, por sua competência, são a maior garantia de que essa instituição será colocada em seu verdadeiro papel (Machado, 1971, p.100).

Tupiassú (2017) revelou que o TCU, fundado sob a inspiração da ideia de Rui Barbosa, imprimiu uma nova ordem na forma de lidar com os recursos públicos. “Esse foi um dos seus objetivos de seu ato de largo alcance: a instituição de um órgão de Estado, apto e preciso, para racionalizar, controlar os gastos públicos” (Tupiassú, 2017, p.40).

O oficial foi o ministro de maior confiança de Floriano Peixoto, como relatou Machado (1971). O autor conta que tamanha era sua força política que chegou a publicar atos seus sem a chancela do presidente, que os referendava até dez dias após de conhecimento do público. “Isto somente prova que a correção do ministro da Fazenda havia transposto os próprios contrafortes da confiança pública, para embalsamar-se dos aromas da honradez inatacável” (Machado, 1971, p.107).

Serzedello enfrentou sérios problemas ao fundar o TCU, inclusive com quem dizia ter confiança nele. “As primeiras diretrizes, as normas, os regulamentos do órgão foram usurpados



aquando da reforma facilitadora imposta pelos arroubos de autoritarismo do presidente Floriano Peixoto” (Tupiassú, 2017, p.40).

O então ministro da Fazenda expediu o decreto nº 1.166, de 17 de dezembro de 1892, em cumprimento à Lei nº 23, de 30 de outubro de 1892, que visava evitar despesas ilegais e assim “manter o Poder Executivo rigorosamente dentro do orçamento federal” (Machado, 1971, p.113).

O mesmo autor conta que começaram a surgir desentendimentos entre Serzedello e quase todos os ministros, que não podiam mais praticar nomeações sem haver previsão no orçamento da União e sem a própria aprovação do recém-criado Tribunal de Contas. Na mesma época, Floriano Peixoto tentou nomear o irmão do marechal Deodoro da Fonseca, Pedro Paulino, sem que existisse lei prevendo tal nomeação. “A contratação foi considerada ilegal, pois segundo Serzedello, o cargo só poderia ter sido criado pelo Congresso e não pelo presidente” (Machado, 1971, p.113).

Floriano quis reformar o TCU imediatamente, colocando-se contra o político paraense, o qual quis mostrar ao chefe do Executivo “os erros em que iria incorrer, fazendo converter um órgão fiscalizador por excelência em mero sancionador de crimes contra a coisa pública” (Machado, 1971, p.113).

Segundo Tupiassú (2017), Serzedello Corrêa se insurgiu e se demitiu do Ministério da Fazenda, não suportando ver sua criação totalmente desvirtuada.

Para Serzedello, a finalidade do TCU era analisar as contas e avalizá-las ou não, de acordo com uma política pública consequente. Para o presidente da República e seu grupo, o jeito controlador do TCU de Serzedello constituía-se em embaraço à República (Tupiassú, 2017, p.103)

O republicano nacionalista foi ainda preso em 1893, acusado de estar envolvido no movimento da Revolta Armada. Permaneceu aprisionado durante nove meses, sem que houvesse culpa formalizada. Acredita-se que o desentendimento com Floriano Peixoto fez com que acabasse encarcerado como forma de punição. Também pediu demissão do posto de tenente-coronel e da Cátedra da Escola Militar.

A visão nacionalista, concebida quando do contato com os oficiais positivistas da Escola Militar, expressava-se em Serzedello Correa com traços quase chauvinistas. A convicção de que o Brasil poderia tornar-se uma nação desenvolvida condicionava-se, apenas e tão somente, à adoção de políticas “sensatas” e condizentes com a realidade de um país novo e subalterno (Salomão, 2017, p.252).

Salomão (2017a) destaca entre as mais relevantes características de seu pensamento econômico a visão harmônica da estrutura produtiva brasileira, a defesa eloquente da nacionalização das riquezas naturais liderada pelo Estado e o apoio forte à causa industrial via proteção alfandegária.



Em 1900, o Congresso Nacional, sem a influência decisiva do Exército na Presidência da República, restituiu-lhe a patente e a cadeira que ocupava na Escola Militar.

Foi nomeado em 1909 pelo presidente Nilo Peçanha no cargo de prefeito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ao longo de dois anos como prefeito, realizou muitas obras de infraestrutura, como relata Tupiassú (2017), e por esta razão, nas palavras da pesquisadora, colheu em vida a admiração da população local, sendo também muito reconhecido e homenageado.

Serzedello passou na Terra para fazer o bem, pregando a moralidade pública, ensinando preceitos de responsabilidade e rígidas noções de patriotismo. Sua fisionomia, bronzada e afável, tinha o mágico poder de atrair simpatia e confiança. Espelhava imagem perfeita da própria lealdade (Machado, 1971, p.161).

Faleceu no dia 6 de junho de 1932 aos 75 anos. É atualmente patrono do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) e nomeia a escola de contas do TCU.

#### **4 O CONTEXTO HISTÓRICO DO SÉCULO XIX**

A segunda metade do século XIX, período no qual nasceu e viveu Serzedello Corrêa, foi marcada por diversas ideologias que deram origem a movimentos republicanos e nacionalistas que contestavam a Monarquia ainda vigente no Brasil, representada pelo imperador Dom Pedro II.

O fato é que a monarquia brasileira não foi bem-sucedida em seu intento de se adaptar ao novo mundo das nacionalidades. Em 1889, a Coroa brasileira não servia mais como fonte de legitimação do Estado brasileiro e não contou com defensores para sua permanência como um adorno da nação, como foi o caso das monarquias europeias que conseguiram sobreviver à primavera dos povos (Santos, 2010, p.22).

O país não possuía uma identidade nacional estabelecida por ainda estar historicamente ligado a Portugal por meio da família imperial, que tinha origens europeias. Intelectuais da época defendiam o fim do regime monárquico como uma maneira de consolidar o Brasil como uma nação realmente independente, aos moldes das demais nações americanas.

O país continuou economicamente subjugado ao exterior, motivo pelo qual se assistiu a uma série de novas revoltas nacionalistas as quais foram contidas somente na metade do século XIX (Salomão, 2017b, p. 250).

Dentre as mais relevantes, destacam-se a Cabanagem (Pará, 1835), Sabinada (Bahia, 1837) e Balaiada (Maranhão, 1838) e as Revoluções Liberais (São Paulo e Minas Gerais, 1842), conforme descreveu Salomão (2017b).

O desenvolvimento do sentimento nacional no Brasil, em bases modernas, só se faria completo com a superação das relações sociais e do imaginário do Antigo Regime. (...) O 15 de

Novembro marcou o fracasso da tentativa de fazer a dinastia representar a nação e deixou clara e inadiável a necessidade de construir uma identidade brasileira em bases modernas (Santos, 2010, p.27).

O nacionalismo tinha como característica, segundo Salomão (2017b), a luta contra a escravidão e uma grande insatisfação com a baixa qualidade de vida da população nativa.

As insubordinações observadas neste período capital da história brasileira vislumbravam a interposição de duas vertentes de pensamento, àquele momento, contíguas – nacionalismo e liberalismo, ideologias que viriam a empunhar causas divergentes décadas mais tarde (Salomão, 2017b, p.251).

Uma das personalidades emblemáticas do período foi o engenheiro fluminense Américo Werneck, abolicionista que “militou pela revogação do cativeiro nos inúmeros periódicos nos quais atuou como jornalista” (Salomão, 2017b, p.252).

Sobressaiu-se também o jurista e jornalista Alberto de Seixas Martins Torres, um patriota radical, de acordo com Salomão (2017b). Escritor prolífico, acreditava que a presença de estrangeiros no Brasil era nociva.

Torres hostilizava os brasileiros urbanos por acreditar que as suas atividades beneficiavam os “países colonizadores” em detrimento da obra nacional. Xenófobo, opunha-se à entrada de imigrantes estrangeiros que aqui desembarcavam no bojo da política de substituição da mão de obra escrava (BARIANI JUNIOR, 2007, p. 4 apud Salomão, 2017b, p.254).

Além do nacionalismo que desembocou no estabelecimento da República, as últimas décadas do império brasileiro também foram propícias à consolidação do positivismo entre a intelectualidade local e demais grupos de poder. A doutrina criada pelo francês Augusto Comte (1798-1857) em 1830 defendia que o único conhecimento válido era o científico e que a sociedade era formada por leis.

A projeção política e intelectual da corrente só veio se dar no início da segunda metade deste mesmo século, com a articulação e chegada de brasileiros que foram estudar na França (Oliveira, 2010, p. 238).

Consonante Oliveira (2010), a obra de Luís Pereira Barreto “As três filosofias” foi o marco inaugural da difusão do positivismo. “Ele integrava um grupo de adeptos das ideias positivistas em que se incluíam outros nomes como Benjamin Constant, Miguel Lemos e Teixeira Leite” (Oliveira, 2010, p.238).

O Brasil experimentava um momento muito conturbado no qual segmentos mais conservadores defendiam a continuidade da monarquia, mas com mudanças na estrutura econômica e social brasileira, como a abolição paulatina dos escravos, segundo Oliveira (2010), e outros pertencentes à corrente republicana autoritária e inspirada fortemente no positivismo de Comte, que “defendia a mudança

urgente no regime e a instauração de um presidente ditador e uma constituição política ditatorial”(Oliveira, 2010, p.238).

O mesmo autor descreve que a prática política defendida por Comte detinha quatro importantes pontos fundamentais: a formação de uma assembleia com representantes do setor produtivo; a liberdade de expressão; a separação entre os poderes sacerdotal, educador e industrial e o Estado; e a renovação mental e social precedendo a organização política.

Bergo (2024) afirma ser universal a influência do positivismo. Apesar de ter suas origens na França, foi na América Latina, particularmente no Brasil onde esteve presente através de militares, políticos e intelectuais. Caminhou lado a lado com o discurso liberal, mesmo sendo autoritário, como disse o pesquisador. Mostrou-se como o alicerce para a fundação das escolas de Direito, das escolas militares e das escolas técnicas no fim do século XIX.

O positivismo se liga ao binômio ‘ordem e progresso’, na sua política de conduzir a civilização (...). Cabe à ordem vigiar pela manutenção da situação social e ao progresso desenvolvê-la, prevenindo males da crítica e da necessidade da violência para sufocar as rebeliões. Ao governo cabe reprimir para garantir a pacificação e a subordinação. Os desejos individuais devem resignar-se aos desejos da Humanidade, ente imenso e eterno com suas fatalidades biológicas e cosmológicas (Bergo, 2024, p.52).

Como princípio de ação foi adotado pela Escola Militar. Os países latino-americanos, como explica Bergo (2024), ansiavam por organização e levavam em conta o progresso científico europeu e a Revolução Industrial. A ideologia positivista resolveria problemas como a escravidão, a desigualdade social e a dependência econômica do exterior.

O positivismo heterodoxo de Benjamin Constant, que por seu sistema de participação política, fundou a República e estabeleceu os ideais positivistas como norma para a nova forma de governo instituída. Além do mais, impregnou o Exército dos mesmos ideais, capacitando-o futuramente de poder assumir o governo da nação (Bergo, 2024, p.68-69).

O pensamento positivista fundamenta-se no culto à família, à pátria e ao exército, este “respeitado e inteiramente respeitador, como garantia de segurança, de manutenção da ordem e da tranquilidade pública e trabalhando condignamente para o engrandecimento da pátria” (Bergo, 2024, p.69).

Na mesma época, seguiam-se as ideias propagadas pelo liberalismo político, que teve entre seus importantes autores no país Aureliano Tavares Bastos, o qual se mostrava como defensor dos direitos civis e lardeava que o Estado deveria exercer atribuições essenciais para garantir o pleno funcionamento dos mercados, incluindo a atração e acomodação de imigrantes, bem como a de

execução de planos que visassem à eficiência da atividade agrícola, como alega Martins e Salomão (2018).

Entendemos o Liberalismo como um fundamento ideológico que emergiu na essência das Revoluções Burguesas, traçando mecanismos políticos e econômicos que atingiram as bases do Antigo Regime, coroado nas monarquias absolutistas.

O pensamento liberal criou suas bases ideológicas apoiado em pilares da ordem capitalista, tendo como eixos principais a propriedade e a liberdade, proclamando a ampla defesa da liberdade individual, em instâncias econômicas e políticas, aliada à defesa da propriedade privada. Estes elementos constituíram a representação maior do liberalismo, enquanto ideologia da sociedade capitalista, ou burguesa (Duarte, 2016, p. 32).

No Brasil do século XVIII e na primeira metade do XIX, os conflitos envolviam o domínio da colônia por Portugal e uma luta para a constituição de um Estado autônomo, livre das amarras da matriz, como detalha Duarte (2016). O foco consistia na reivindicação de uma nova economia baseada na agricultura de exportação, cuja sustentação era a manutenção da mão de obra escrava; e no acesso da população aos seus direitos mínimos de cidadão” (Duarte, 2016, p. 54).

O pensamento liberal do século XVIII realizou a revolução democrático-burguesa na Europa, mas na América Latina “foi utilizado para cumprir somente uma de suas tarefas: a independência política” (Duarte, 2016, p.54). O referido autor aponta que questões importantes surgiram a partir de 1868, período em que os liberais estiveram no poder durante a monarquia brasileira, como a possibilidade do fim do Poder Moderador e da vitaliciedade do Senado, “as eleições indiretas, a centralização política e administrativa e a dependência do Judiciário em relação ao executivo” (Carvalho, 2012b, p. 103 apud Duarte, 2016, p. 59).

Uma nova proposta de liberalismo tinha como maior representante e defensor Joaquim Nabuco, que criou o nome Novo Liberalismo em contraposição ao modelo de Liberalismo adotado no Brasil (Bosi, 1992 apud Borges; Costa, 2023).

O Novo Liberalismo estava mais alinhado ao liberalismo aplicado na Inglaterra e visava a um modelo de produção industrializado e sem escravidão. Pregava-se, então, um trabalhador livre e incentivado, pelo salário, a produzir. A defesa aproximava-se, assim, do que Adam Smith (1996) defendia como processo ideal do trabalho e da produção (Borges; Costa, 2023, p.165).

Anteriormente pensada como elemento de estabilidade política e de manutenção de um sistema de unificação do território, como observa Duarte (2016), a Monarquia “com o passar do tempo tornou-se incapaz de contemplar as novas aspirações políticas e sociais que se produziam e se reproduziam” (Duarte, 2016, p.68).

Vários fatos colaboraram para a derrocada do império de Dom Pedro II, como o surgimento do Partido Republicano em 1873, a declaração do fim da escravidão em 1888, o aumento da influência militar no cenário político e a reforma eleitoral, como elencou o mesmo autor.

Dentre os direitos a serem conquistados, estavam os principais direitos civis, como a liberdade, à propriedade e à igualdade; além dos direitos políticos, expresso no direito ao voto; e os direitos sociais, como o direito à educação, distantes até então de boa parte da população brasileira que não pertencia às elites política e agrária, que ao longo do século dominou o pensamento político liberal, estando sempre à frente das discussões tanto no primeiro, quanto no Segundo Reinado, como pode ser notado na Constituição de 1823 e, posteriormente, no Ato Revisional de 1834. A luta pela abolição completa da escravidão, pelo direito à propriedade e pelos direitos políticos através do voto a todos os cidadãos ocupou o imaginário social e exigiu mudanças de setores inconformados com a política do imperador Dom Pedro II, ecoando nas ruas e pedindo uma transformação imediata do Antigo Regime. Junto a isso, a expansão industrial e urbana, o retorno dos intelectuais ao Brasil com novas ideias e a participação popular, fazia surgir nas grandes cidades brasileiras um sentimento de transformação (Duarte, 2016, p.75).

Como parte desse panorama, os liberais também adeptos do positivismo defendiam a adesão a um movimento abolicionista mais radical, a luta por um Estado republicano leigo, a austeridade financeira com a coisa pública e o interesse pela humanização das condições de trabalho, segundo Bosi (2004 apud Duarte, 2016).

Um papel a se destacar neste cenário que se construiu em torno de um Brasil Republicano foi o desempenhado pelos militares e suas ideias na construção de uma nova sociedade, que tinha como base a educação. Nesse sentido, os jovens que iniciavam sua carreira militar, defendiam de modo claro, a educação, a indústria, a construção da estrada de ferro, assim como a abolição da escravidão (Carvalho, 2012a apud Duarte, 2016, p.86).

As ideias conservadoras, porém, consideradas modernas quando comparadas ao regime monárquico então vigente, acabaram por ser aceitas pelos militares da época, “lançando-os a uma tentativa de intervencionismo militar no Executivo, a partir da Proclamação da República” (Duarte, 2016, p. 87).

Durante os primeiros anos republicanos do Brasil, como detalhou Lima (2014), predominaram algumas características quanto ao poder exercido pelos chefes de Estado como a supremacia do Executivo, a participação efetiva do presidente na elaboração das leis, com a possibilidade de veto direto daquelas elaboradas pelo Judiciário. “Indicaria, principalmente, o caráter autoritário e personalista do Estado brasileiro” (Lima, 2014, p.115).

Apesar das promessas republicanas, a situação política e econômico-social brasileira continuou a ser excludente e carecedora do exercício livre de direitos para a maioria da população brasileira, de acordo com Duarte (2016). No período de 1889 a 1930, “mais de 90% da população se fazia excluída

e distante das possibilidades de conquista de seus principais direitos, fossem eles sociais, políticos ou civis (Duarte, 2016, p.61).

## 5 O DISCURSO DE SERZEDELLO CORRÊA

No primeiro texto analisado do catálogo “Serzedello Corrêa e o Registro de uma época - Notícias e pronunciamentos publicados na imprensa, volume 1, intitulado “Congresso Nacional - 59ª Sessão Ordinária em 24 de fevereiro de 1891”, temos um Serzedello Corrêa que demonstra contentamento pela promulgação da primeira constituição brasileira republicana.

Pode-se constatar a presença do nacionalismo logo no início de sua manifestação na tribuna parlamentar. Ele considera a instituição da mais nova carta magna do país como “um momento extraordinário, mais solene de nossa pátria”. A constituição não foi resultado da ação de um indivíduo isolado, mas sim um ato da própria “soberania nacional”, bem aos moldes do positivismo comtiano onde o que importa é o coletivo e não o individual. Em seguida, Serzedello declara que a carta política adveio do trabalho dos “representantes da nação”, como convém a uma República liberal, onde o povo tem a sua representação no Estado aos moldes democráticos.

Destacam-se palavras como “pátria” e “soberania nacional” como marcas de um discurso nacionalista, construído sobre a influência da carreira militar exercida pelo paraense. A nova constituição, fruto dos primeiros anos do novo regime político, é exaltada como capaz de guiar o país. Serzedello afirma que será a carta constitucional que vai conduzir os destinos da República recém-instituída no Brasil.

Eu não podia, não devia mesmo, como os mais humildes dos membros deste Congresso (muitos não apoiados), interromper a solenidade deste ato; mas, sr. presidente, eu julgo que nos achamos no momento mais extraordinário, mais solene de nossa pátria. Acaba v. ex. de declarar que está promulgada pela soberania nacional, que está promulgada pelos representantes da nação, a Constituição que vai reger os destinos da República Brasileira (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p.18).

Na exaltação da constituição, afirma-se que ela corresponde a tudo de “mais elevado” e “prático na ciência social” que o homem tem produzido e assim será dito pelas futuras gerações, na opinião de Serzedello. No trecho abaixo, o político age como um verdadeiro positivista, alguém que valoriza o racionalismo, a praticidade e a ciência, ainda que seja social.

[...] Senhores, se essa Constituição coordena, se ela concretiza em si tudo que o espírito humano tem produzido de mais elevado e de mais prático na ciência social, dizê-lo-á o futuro, dizê-lo-ão com certeza as gerações que nos sucederem (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p.18).

No discurso de Corrêa, podem ser visualizados novamente o patriotismo, o nacionalismo, o senso de compromisso com o país e suas instituições também presente no militarismo por meio das palavras “dever”, “respeitar” e “acatar”. Temos uma declaração extremamente patriótica de Serzedello quando diz que a constituição deve ser defendida “à custa de nossa própria vida”. Mais uma vez temos a supremacia da coletividade acima da individualidade, aos moldes do liberalismo político e do positivismo de Comte, no pensamento do paraense.

Eleva-se de forma reiterada a Lei Maior do Brasil como algo pertencente à “pátria”, à totalidade dos brasileiros por meio da palavra “nação”, espelhada pelos deputados do Congresso Nacional, outro importante símbolo democrático, liberal e republicano.

[...] Mas, boa ou má, a verdade é que hoje só nos cumpre um dever — o de respeitá-la, de acatá-la, o de defendê-la à custa da nossa própria vida. Senhores do Congresso, estou profundamente certo, profundamente seguro de que jamais esta Constituição, que é a obra da nação, que é obra deste Congresso, há de ser violada (apoiados) (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p.18).

Para Serzedello, a promulgação da primeira constituição da República brasileira é motivo de comemoração para o país e deve ser celebrado por todos, incluindo o “Congresso Nacional”. Este é considerado como verdadeiro representante do povo, nomeado como “poder soberano” e que simboliza a “nação”, “reunida” no parlamento. O então deputado manifestou o desejo que a data de 24 de fevereiro de 1891 se transformasse em um dia de “festa nacional”, sendo o dia mais extraordinário de “nossa pátria”.

Nessas condições, acredito interpretar os sentimentos deste Congresso, pedindo a v. ex. que sujeite à votação a indicação que ontem apresentei: O Congresso Nacional, hoje único poder soberano, porque cessou a revolução, porque cessou a ditadura, porque desapareceu diante da nação, aqui reunida, decreta que é um dia de festa nacional o dia de hoje, 24 de fevereiro, o mais extraordinário de nossa pátria (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p. 18).

Em “Orçamento Municipal”, Serzedello Corrêa faz uma dura crítica à cobrança de imposto de consumo sobre gêneros que eram vendidos e exportados pelos municípios. O imposto, na manifestação do político, estaria sendo indevidamente cobrado dos comerciantes da época, de modo a sobrecarregá-los na aquisição de mercadorias a serem revendidas à população.

“O negociante não pode retirar o gênero, não pode lhe dar destino, sem que tenha pago à Intendência o imposto sobre todo o carregamento” (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p. 43). Para Corrêa, a medida era “profundamente absurda”, “mais do que uma extorsão”, “mais do que um roubo”, “um assalto a dia claro (...) à bolsa do comércio laborioso e honesto”.



Ele afirma que a imposição do referido imposto municipal teria como serventia atender interesses escusos de quem está no poder para esconder “rombos no erário feito com o pagamento de salários de afilhados” com o dinheiro do contribuinte, bem como para “criar cargos desnecessários” na administração municipal.

Tal posicionamento de Serzedello está condizente com a austeridade defendida pelos ideais republicanos e liberais, que criticavam o clientelismo comumente presente nos regimes monárquicos europeus e no próprio Brasil. Faz-se uma dura oposição a possíveis atitudes de agentes públicos que maculam a democracia e os valores do bom Estado com atos de corrupção e má gestão de recursos pagos com o dinheiro do cidadão pagador de impostos.

Não há juiz, mesmo corrompido e venal, que tenha a coragem de assumir perante as demais instâncias, por onde tenha de correr o feito, a responsabilidade de dizer que esse orçamento é constitucional, que não viola salutar princípios, que não é uma ameaça à boa ordem administrativa, enfim um atentado ao bom senso, parto monstruoso de quem para acudir às suas vaidades, para cobrir desmandos, para tapar rombos feitos no erário municipal pelo desembargo com que se jogaram os dinheiros do contribuinte em acomodar afilhados, em sustentar jornal que ninguém lê, em premiar e recompensar com antecipação código de posturas, em dar e criar lugares desnecessários para clientela política, a fim de esconder os déficits que aí estão ao alcance de todos, porque se vive a emitir apólices, a dever a bancos, a não pagar a empresas serviços firmados em contratos, não teve outro remédio senão pedir ao povo novos ônus e novos sacrifícios (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p.43).

Em outro trecho do texto, Serzedello defende sua honra própria ao dizer que nunca solicitou “cargo algum”. Ele foi um homem que jamais esqueceu o “dever” de ser íntegro e que não deixou de lado “seus ideais” aprendidos na Escola Militar como o nacionalismo e a benquerença de seu país acima de interesses individuais. Como um bom militar republicano, ele é idealista, defende princípios rígidos de honradez e honestidade. É incapaz de corromper-se.

Todo o país sabe que jamais solicitei cargo algum, que jamais ouviu-se da minha boca o desejo do lugar de deputado em época nenhuma. [...] Sobre vós, sim, e não sobre mim que jamais esqueci o dever, jamais abandonei os meus ideais, jamais negocie o meu apoio (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p. 44).

Serzedello mais uma vez revela a sua face republicana idealista e bastante preocupada com o bem-estar social em sua manifestação contra o imposto sobre o consumo ao dizer que “ama a República”, tanto que “dispôs-se a jogar a vida e a memória de seu nome”. Ele mostra-se como defensor do “povo” e se ocupa dele ao falar que lhe “dói ver como tratam, como cuidam de teus filhos”.

O republicano ressalta o valor do cidadão, que muitas vezes é negligenciado, é o “desgraçado da fortuna”, “órfão do bem-estar”, mas ainda assim é aquele que “dá o trabalho” ao gestor público

municipal, é o que “dá a riqueza” aos homens à frente do município e do próprio Estado por “pagar o imposto”. Aqui temos um homem de espírito coletivo e não individualista.

[...] Se minha frase tem às vezes uns tons e umas cores sombrias, é porque o quadro deve corresponder à realidade, e porque dói-me a mim como a quem ama a República, como a quem em 15 de Novembro, revolucionário, dispôs-se a jogar a vida e a memória de seu nome, como a quem abandonou o lar habitado por uma Santa velha e onde o pão faltaria no dia seguinte se o trabalho do filho o não pudesse dar, dói-me a mim como a quem ama a terra natal, onde demoram todas as saudades venerandas, onde vivem todas as recordações sagradas, terra, terra santa, escrínio de doces consolações e de amarguras que não se esquecem nunca, dói-me o ver como te tratam, como cuidam de teus filhos, o povo-esse pobre espoliado das mesas orçamentárias, esse desgraçado da fortuna, órfão do bem-estar, e que te dá o trabalho, te dá a riqueza e te paga o imposto!! (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p.44).

No texto “A minha prisão”, temos um desabafo de Serzedello Corrêa, que discursa sobre o momento de sua prisão ao ser acusado de participar injustamente de conspirar contra o então presidente Marechal Floriano Peixoto na Revolta Armada e por escrever contra o Ministro da Guerra. Esteve encarcerado por nove meses na Casa de Correção e na Fortaleza Conceição por ordem do ex-admirador e companheiro republicano.

Sendo um liberal, Serzedello abre sua carta declarando que o homem deve lutar por seus direitos, sendo uma violação dos seus deveres para consigo e para com a sociedade não fazer isso. Novamente o político se apresenta como um amante da República, forma de governo que ele muito colaborou para estabelecer no Brasil no final do século XIX. Entre os seus direitos estão o de manter a “lealdade à República”.

Nem mesmo a prisão foi capaz de imprimir em seu espírito o medo, tanto que confia ainda possuir a “nobre altivez” e “firmeza” com as quais lutou pelo “ideal abolicionista” e pela “pureza republicana” nos tempos da Escola Militar. Não há dúvida de que Serzedello é um grande admirador da República e de suas diretrizes, assim como do liberalismo político, que também defende a liberdade dos indivíduos.

É, pois, a defesa do que suponho ser o meu direito, isto é: de minha reputação, de minha dignidade, de minha lealdade à República, de meu passado e de minha liberdade que venho fazer, dizendo a meus concidadãos que, através da prisão, não se me alquebrou o espírito, e que conservo a mesma nobre altivez e a mesma inquebrantável firmeza com que lutei pela conquista do ideal abolicionista e da pureza republicana. (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p. 21).

Serzedello também demonstra afeto pela vida militar, onde aprendeu os valores positivistas, nacionalistas e republicanos. Por conta dos reveses enfrentados como homem público, decide deixar a carreira no Exército brasileiro e cita o antagonismo de sua posição como militar e da pessoa política.

Convence a si mesmo quanto ao antagonismo entre a liberdade de ocupar cargos no Executivo e os deveres como militar, que deve ser sempre “obediente” e relegado ao “dever” e à “disciplina”.

É com saudade e pesar que deixo a carreira militar; mas a verdade é que a situação em que me acho convenceu profundamente meu espírito da radical incompatibilidade que existe entre a política e a disciplina, entre as opiniões livres do homem político e os deveres da obediência fria, mas honrosa, do soldado (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p.22).

No trecho a seguir, temos a confirmação de que Serzedello é um apaixonado pela República, confessando que seria capaz de “tomar armas”, ainda que em uma posição perigosa de “soldado”, para defender as suas “ideias republicanas”, pelas quais sempre manteve lealdade. Ele se predispõe em se alistar como “soldado” na fileira caso a República esteja em perigo. Serzedello é um idealista, que acredita nos valores da soberania popular, na participação dos cidadãos na vida política por meio do voto e na escolha de seus representantes e na alternância do exercício do poder.

Só uma coisa me faria tomar armas, não como oficial, mas como simples soldado obscuro, embora na mais perigosa posição, a fim de defender as minhas ideias republicanas, pelas quais me bati sempre com lealdade, e de cuja firmeza não é lícito ninguém duvidar; é se me convencesse que estava iludido sobre os intuítos da revolução, se me convencesse que se tratava de restauração monárquica. Nessa ocasião, o digo aqui para conhecimento do próprio governo, poderá ele alistar-me na fileira, como soldado, no dia em que correr perigo a República (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p.22).

Inconformado com a sua prisão que se prolongava por nove meses, o político paraense destaca a sua moral como pessoa íntegra, que se sacrificou “em esforço e lealdade no serviço público”. Lealdade é um dos valores do militarismo positivista, o dever de trabalhar pelo bem social de todos em detrimento do individual. O Exército brasileiro (2025), de onde Serzedello foi coronel, ainda mantém como princípios fundamentais o patriotismo, o civismo, o amor à profissão, o espírito de corpo e o permanente aprimoramento técnico-profissional.

Serzedello expõe em sua carta a faceta de alguém comprometido com a sociedade em sua totalidade, que fala na “linguagem do bem público” e não de minorias privilegiadas, e insistentemente destaca a “independência republicana” como sua guia norteadora, mais uma vez se colocando contra o poder concentrado em apenas um líder, o monarca, conforme fora no outrora império brasileiro.

E, no entanto, eu, que durante mais de doze meses prestei como ministro serviços ao governo, que me sacrifiquei em esforço e lealdade no serviço público, noites inteiras de trabalho, que tive sempre em mãos os mais delicados assuntos referentes ao governo de S. Ex., que falei-lhe sempre a linguagem do bem público e da independência republicana, que vi consagrado pelo parlamento como moralizador e garantido o ato que motivou a minha retirada do ministério, sou conservado preso, ao mesmo tempo que procura-se convencer ao partido republicano de meu Estado de que o meu nome não deve ser sufragado (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p.22).

Temos no trecho a seguir a manifestação de um discurso eloquente, onde é possível ver uma grande carga de emotividade e de amor ao país demonstrado por Corrêa, que fala de riqueza de “ilusões e crenças”, de “esperança nos grandes destinos da minha pátria” que permeavam o ambiente familiar outrora. Antes de ser preso, ele sentia-se aquecido no “santuário da família” pelo “calor da confiança na lealdade” e pelas possíveis “virtudes dos homens”. Logo mais adiante, o herói brasileiro revela sentir a desilusão pela prisão e até mesmo certo descontentamento por ter agido com a “alma patriota” na “vida pública”. Ele expõe os sentimentos que o moveram enquanto exerceu suas atividades políticas nos diversos ministérios: “amor ao trabalho”, à “justiça” e à “pátria”.

Para o santuário de minha família, abençoado hoje mais do que nunca pelas lágrimas de minha velha mãe, tão rico outrora de ilusões e de crenças, esclarecido pela luz da esperança nos grandes destinos de minha pátria, aquecido pelo calor da confiança na lealdade e nas virtudes dos homens, eu recolho-me hoje, em espírito, com a desilusão de que nada merece quem traz para a vida pública a alma de patriota, deixando entrever na armadura de combate amor ao trabalho, à justiça e à pátria (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p.22).

Como um bom militar obediente à hierarquia e ao dever que precisa cumprir, tem-se aqui um Serzedello tendente à emoção em seu discurso por sua liberdade, revelando que cada palavra “fala o amor da República”, de “lealdade” e “orgulho do soldado”. Esse “orgulho” é por querer “ver o seu Chefe imortalizado na glorificação da sua classe”. Ao afirmar isso, Corrêa conta aos leitores de sua carta a vontade de ver a classe militar enaltecida, bem como seus valores e ideais em prol da nação brasileira.

Nessa exposição, cada linha, cada palavra fala o amor da República, e com ela a lealdade e o orgulho do soldado que queria ver o seu Chefe imortalizado na glorificação da sua classe (Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2024, p.22).

Por meio da análise dos três textos do catálogo “Serzedello Corrêa e o Registro de uma época - Notícias e pronunciamentos publicados na imprensa, volume 1” foi possível constatar como apresentam ligações com discursos de outrora relacionados ao nacionalismo e ao positivismo ainda presentes nos tempos atuais em diversas instituições do Poder Público.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura do discurso de Serzedello Corrêa simboliza um mergulho em uma fase da história do Brasil marcada pela diversidade de ideologias que gravitavam e competiam entre si no contexto social do século XIX. Formas de pensar, normas de conduta e de valores que não pertenciam somente ao político paraense, que absorveu e exteriorizou em suas comunicações dizeres de outros discursos,

como o positivista, o nacionalista, o liberal político, o republicano e o discurso militar. Tal característica confirma o fenômeno da interdiscursividade presente na comunicação de Serzedello.

Em muitos momentos, pode-se averiguar a presença de formações discursivas/ideológicas que remetem ao progresso social, à ordem, à submissão dos desejos pessoais em favor dos anseios dos cidadãos do país, da pátria em sua totalidade e pelo bem da nação.

Foi um homem de inteligência brilhante alinhado às tendências de pensamento de seu tempo e crente no seu dever de agir de acordo com o interesse público, repleto de idealismo exacerbado que quase sempre procurou materializar no exercício de suas funções de pessoa pública, seja como ministro, deputado e prefeito do Rio de Janeiro.

Com o seu entusiasmo, demonstração de comprometimento verdadeiro com o novo projeto de nação, Corrêa conquistou poderosos que viram nele um bom aliado a princípio, ainda que posteriormente tanto idealismo viesse prejudicar a sua carreira como homem público em alguns momentos.

Mostrou-se como alguém devoto ao país em várias ocasiões, sendo um exemplo para os seus compatriotas além da linha do tempo, inspirando naqueles que conhecem o seu discurso o espírito de civilidade e de crença em um futuro melhor para o Brasil.

## REFERÊNCIAS

- BENETTI, M. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: Metodologia de pesquisa em jornalismo. Cláudia Lago, Márcia Benetti (orgs.). Petrópolis: editora Vozes, 2008.
- BERGO, A. C.. O Positivismo: Caracteres e Influência no Brasil. Reflexão, 8(25), p.47-97, 2024. Recuperado de <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/11776>
- BORGES, E. A.D.; COSTA, C.J. O Liberalismo e Escravidão no Brasil do Século XIX: Cedendo à Contradição para Sobreviver. Aedos, v. 15, n. 33, p. 159-169, jan.–jun., 2023.
- DUARTE, G. C.. O pensamento liberal na Primeira República no Brasil (1889-1930) e seus reflexos na reconstrução da sociedade capixaba pelo viés da educação. 2016. 247 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2016.
- FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- LIMA, J.. O pensamento liberal e conservador no Brasil: dinâmicas e repercussões. Revista Sem Aspas, v. 3, p. 109-116, 2014.
- MACHADO, E.S.. Um Republicano: a vida de Inocêncio Serzedello Corrêa. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.
- MAINGUENEAU, D. Gênese dos Discursos. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARTINO, L.M.S. Comunicação: troca cultural? São Paulo: Paulus, 2005.
- MARTINS, H.T.S.. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa [online]. 2004, v. 30, n. 2, pp. 289-300. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>. Acesso em 23 jun. 2025.
- MARTINS, R. C. ; SALOMÃO, I.C. De ideias e lugares: uma história do liberalismo econômico no Brasil Oitocentista. Revista de Estudos Sociais, v. 20, p. 60-77, 2018.
- SALOMÃO, I. C. A concepção de um país: o pensamento nacionalista de Serzedello Correa. Economia e Sociedade (Unicamp. Impresso), v. 26, p. 243-263, 2017 (a).
- SALOMÃO, I. C. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro: da colônia ao Estado Novo. Dimensões - Revista de História da UFES, p. 244-265, 2017 (b).
- SANTOS, J.A.; OLIVEIRA, G. S.; SAAD, N. S.. Análise de Discurso: fundamentos e procedimentos. FUCAMP Cadernos, v. 20, p. 84-97, 2021.
- SANTOS, L.C.V. G.. O Barão do Rio Branco e a ideia de nacionalismo no Brasil. Tensões Mundiais (Impresso), v. 6, p. 13-34, 2010.

OLIVEIRA, G.. Positivismo no Brasil: a influência do pensamento científico na política e na identidade brasileira. *Controversias y Concurrencias Lationamericanas*, v. 3, p. 233-248, 2010.

SILVA, J. S.. Desenvolvimento e socioambientalismo: uma análise do discurso jornalístico de O Liberal e Diário do Pará sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. 2012. 266 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia.

SILVA, M. M.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, G. O.. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. *Revista Prisma*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. São Paulo. Pontes Editores, 2010.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso – Uma crítica e afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi [et al]. Campinas. Ed. Unicamp, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ (PARÁ). *Serzedello Corrêa e o registro de uma época (1877-1910) - Notícias e pronunciamentos publicados na imprensa*. Belém, 2024.

TUPIASSÚ, A. I. A. *Serzedello Corrêa: Fascinador do Rei*. Belém: TCE-PA, 2017.